



PROGRAMA DO PCB PARA O PODER MUNICIPAL ELEIÇÕES 2024

1. PREÂMBULO

Socialismo significa socialização dos meios de produção. Trata-se de um processo histórico e não de uma condição absoluta. O desenvolvimento de uma experiência socialista significa a crescente ampliação dos espaços de decisão coletiva. Vale lembrar que “República” deriva da expressão latina “*res publica*”, isto é, “coisa pública”. Um projeto de desenvolvimento de uma experiência socialista pode ser visto, portanto, também como um aprofundamento da ideia de República. Os marxistas entendem que, nos marcos de uma sociedade de classes, como o capitalismo, não é possível existir uma verdadeira República, pois o poder econômico está sob controle de uma classe contra as outras. Como o controle do poder econômico favorece enormemente a obtenção do poder político, mesmo a esfera política é extremamente restrita. Esse domínio do poder político por parte do poder econômico acaba resultando, na prática, em uma plutocracia, que é um regime dos ricos, em uma ditadura estrutural da classe capitalista. É claro que estamos falando de gradações. No capitalismo contemporâneo, o sistema funciona a partir da lógica de hegemonia, ou seja, diversas classes sociais podem atuar na política, mas a classe capitalista hegemoniza o sistema ao controlar as principais decisões de poder. O capitalismo é uma plutocracia porque os grandes capitalistas conseguem controlar os principais meios de comunicação, interferem no âmbito da educação e da cultura e predominam nas eleições comprando os recursos humanos e materiais necessários para as disputas eleitorais e, principalmente, restringem a ação política das classes trabalhadoras, seja com regimes de trabalho de longas e extenuantes jornadas de trabalho, seja reprimindo a ação sindical e mesmo a ação política, seja nos privando de educação e de informações. Como são seus valores que prevalecem na sociedade, mesmo as instituições que são formadas por vias próprias, sem eleições, como é o caso do judiciário e das forças armadas no Brasil, expressam também o predomínio dos interesses das classes capitalistas. Em síntese: não existe uma verdadeira democracia política onde não há uma democracia econômica. O socialismo pode ser visto, assim, como uma radicalização da ideia de República Democrática, só possível em sua plenitude se há uma socialização tanto política quanto econômica.

Nós marxistas entendemos a realidade humana enquanto expressão de processos históricos. Isto significa dizer que existem diferentes formas de se estabelecer a propriedade privada dos meios de produção. O capitalismo britânico na primeira metade do século XIX foi diferente do capitalismo britânico na segunda metade deste mesmo século. As experiências britânicas de capitalismo foram diferentes das experiências dos EUA, da Alemanha, da França, do Japão ou do Brasil. Do mesmo modo, as experiências socialistas no século XX foram diferentes entre si. As experiências da URSS foram diferentes das experiências da China, do Vietnã ou de Cuba. Cada uma apresentou níveis, formatos e características diferentes nos processos de socialização da economia e da política. Por entendermos que a maior parte das experiências socialistas do século XX apresentou menor nível de sucesso na socialização do poder político que na socialização do poder econômico é que absorvemos a preocupação em priorizar na construção de uma experiência socialista no Brasil o desenvolvimento do Poder Popular, que para nós significa dizer avançar nas condições econômicas e políticas que favoreçam a socialização do poder político, ou seja, a ampla participação das classes trabalhadoras na gestão política.



Desemprego, salários baixos, jornadas de trabalho extensas e exaustivas, falta de acesso à educação e a informação, a elevada perda de tempo nos transportes, falta de acesso aos cuidados com a saúde formam um conjunto de obstáculos econômicos para a efetiva participação das classes trabalhadoras nas tomadas de decisões na política. Quem está em ônibus lotados de cidades congestionadas não pode participar de reuniões. Quem não tem dinheiro para pagar o transporte não pode chegar nos locais onde ocorrem manifestações ou mesmo assembleias para tomadas de decisões. Quem exaure sua energia e saúde em uma extenuante jornada de trabalho (o que inclui o trabalho doméstico) não encontra energia para estudar as contas públicas para decidir como melhor alocar certos recursos. E quem não tem acesso a uma educação crítica, mesmo tendo tempo, não se verá com capacidade para analisar as questões colocadas e participar das tomadas de decisão. Nos marcos do capitalismo, tudo vira mercadoria, inclusive a política. E as pessoas só têm acesso às mercadorias se conseguem pagar por elas. E a própria lógica de que tudo precisa ser mercadoria (ou seja, que tudo precisa ter um preço, um bem ou um serviço a ser comprado) é oposta a lógica de coletividade, de bem estar coletivo.

Entendemos que a humanidade hoje precisa, desesperadamente, de abandonar o capitalismo e cada povo desenvolver suas próprias experiências de socialismo. Não que o capitalismo esteja em crise interna quanto a sua lógica. A razão de ser do capitalismo é a acumulação de capital, que pode ser entendido enquanto acumulação de poder econômico e poder político. Não faz parte da lógica do capitalismo qualquer compromisso com o atendimento das necessidades individuais e coletivas das pessoas que vivem do trabalho. A alta nas taxas de desemprego, o aumento da concentração de renda, a estagnação das atividades econômicas produtivas em favor da concentração de riquezas no rentismo, o aumento da violência e o assustador crescimento das crises ecológicas, nada disso corresponde a uma crise da lógica do capitalismo. Trata-se, na verdade, de sua plenitude. Esses problemas são, na verdade, o resultado do funcionamento sem limites efetivos do capitalismo.

No Brasil de hoje, nunca o capitalismo esteve tão consolidado: no campo econômico e social, o número de bilionários e os valores de suas fortunas aumentaram nos últimos 12 anos, impulsionados pelo rentismo, ao mesmo tempo em que cresceu a miséria; parcelas significativas das classes trabalhadoras, altamente exploradas, ainda assim são conquistadas pelo sonho de se tornarem capitalistas, sob o “canto da sereia” do empreendedorismo. E no campo político, desde 2006 que não há uma candidatura presidencial com mais de 1% nas pesquisas eleitorais que tenha questionado o modelo macroeconômico neoliberal consolidado no segundo governo FHC. PT, PSDB, PL, PMDB, PSD e demais partidos podem divergir nas políticas sociais, mas ninguém questiona o tripé macroeconômico liberal (regime de câmbio flutuante, metas de inflação, metas de superávits fiscais). As grandes empresas de comunicação praticamente desistiram de buscar alguma imagem de um ínfimo compromisso com a diversidade de ideias e assumiram a defesa militante, intransigente, histórica e cotidiana da agenda neoliberal, inclusive em sua versão mais extrema de ultraliberalismo. Sob estas condições, temos o capitalismo brasileiro em sua plenitude. Só que o resultado deste pleno funcionamento do capitalismo significa hoje exatamente crise social, cultural e um catastrófica crise ecológica que pode até, se não for contida, ameaçar a própria existência da humanidade.



Embora entendamos que a humanidade precise se livrar deste morto-vivo que é o capitalismo, sabemos diferenciar a análise das necessidades da análise das possibilidades. A revolução socialista não está em pauta, hoje, no Brasil, para nossa desgraça. O que nós, comunistas, podemos fazer é trabalhar para gerar as condições econômicas, políticas e culturais que contribuam para o enfrentamento do capitalismo e a construção de uma saída popular. É sob este sentido que elaboramos nossa política sintetizada e organizada em 5 eixos, articulados entre si.

2. EIXOS PROGRAMÁTICOS:

2.1) Desmercantilizar o meio ambiente e a vida – enfrentar as crises ecológicas

As crises ecológicas que o mundo inteiro vivencia, na atualidade, apresentam um elevadíssimo grau de risco para todos nós. O caso do Rio Grande do Sul é ilustrativo. Após um longo período de intensa seca, aquele Estado foi atingido pela maior enchente de sua história, com consequências graves para sua economia (em especial para produção de alimentos) e para seu povo (especialmente com a perda de moradias e a disseminação de doenças). Mas os riscos das crises ecológicas vão muito além disso. Com as mudanças climáticas, a tendência é termos períodos de calor muito mais intenso, alternados por ondas de frio. Estamos falando do sério risco de uma drástica redução na produção de alimentos, com o processo de formação ou ampliação de desertos (desertificação), degradação dos solos, perda de colheitas, falta de água potável, extinção de espécies vegetais e animais (algo que já ocorre em larga escala). Estes processos estão mais associados à grande emissão de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera por parte das atividades econômicas. É claro que o CO₂, em si mesmo, faz parte dos ciclos naturais. O problema é quando produzimos uma quantidade tão elevada deste gás gerador do efeito estufa (assim como de outros gases, como o metano), ao ponto de elevar a temperatura média do planeta. Mas há outros problemas: predomina na agricultura capitalista o uso de agrotóxicos que no médio prazo prejudica os solos e que nos envenena, ampliando os casos de câncer; utilizamos o plástico em larga escala, e nem temos clareza exata do impacto que isso gera no meio ambiente e em nossa própria saúde, mas já temos pesquisas que indicam o quanto o mesmo pode ser perigoso; geramos uma grande quantidade de lixo que não é biodegradável e que vai contaminando nosso meio ambiente; desmatamos nossas florestas, ação que além de aumentar a emissão de CO₂ (as florestas podem reter o gás carbônico), provoca a redução das chuvas, a extinção de espécies e a degradação dos solos.

Os municípios, por si só, não podem resolver estes problemas que são da própria natureza do capitalismo que coloca a acumulação de capital acima de tudo.

Contudo, os municípios podem contribuir com as soluções.

Principais propostas para ação municipal:



- a. Promover o reflorestamento no município, priorizando árvores mais resistentes às variações do clima, que capturem mais CO2 e que, de preferência, produzam alimentos;**
- b. Planejar um sistema público de reserva de água para períodos de seca;**
- c. Planejar a infraestrutura urbana para estar preparada para períodos de enchentes;**
- d. Retirar os plásticos do meio ambiente e transformar o seu uso em um produto sustentável e econômico (como fabricação de tijolos de plástico para construção de moradias populares);**
- e. Agir para dificultar ou mesmo impedir o uso de agrotóxicos no município e promover a Agroecologia;**
- f. Buscar parcerias com Universidades Públicas e órgãos internacionais para desenvolver e promover o uso de formas alternativas de energia, sobretudo da energia solar;**
- g. Buscar formas para promover a economia do uso da água e da energia elétrica pelas residências e órgãos públicos;**
- h. Investir, em parceria com a COMPESA, no desenvolvimento do sistema de saneamento público;**
- i. Desenvolver uma política de coleta seletiva de lixo e atuar com uma empresa pública na reciclagem e reaproveitamento do lixo domiciliar;**
- j. Trabalhar pelo desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes que favoreça a redução do uso de veículos movidos a combustíveis fósseis, com a construção de ciclovias, criação de linhas de transporte público com ônibus, trens ou VLST (veículos leves sobre trilhos) elétricos ou híbridos ou, pelo menos, movidos a etanol;**
- l. Promover uma política de regulação dos motores para redução da poluição e buscar, junto às universidades públicas, tecnologias de filtros a serem colocados nos canos de escape dos veículos privados;**
- m. Desenvolver um planejamento de curto, médio e longo prazo para enfrentamento das crises ecológicas que articulem as medidas citadas entre si e que ampliem a atuação do município nesta área;**

2.2) Construção do Poder Popular

Não se trata de uma medida isolada, mas de um processo político que envolve mais de uma dimensão: espaços para atuação popular na gestão estatal; infraestrutura que favoreça a organização dos movimentos sociais; ampla transparência da gestão pública; ampla divulgação de informações com a democratização dos meios de comunicação; fortalecimento da organização popular sem qualquer envolvimento estatal (ou seja, o Poder Popular não se conquista com a eleição de um governo socialista, mas é o resultado da



ação e organização da classe em suas próprias instâncias); na promoção de oportunidades para a educação política da classe trabalhadora.

Ao nível do poder municipal, o que pode ser feito para contribuir com a construção do Poder Popular:

a) Criação de espaços públicos que permitam a realização de eventos de organização popular, uma espécie de Centro de Convenções populares, cujo controle para a realização de reuniões, palestras, debates, cursos, seminários e assembleias esteja com um amplo comitê de movimentos sociais, e não mais com a prefeitura, responsável apenas por sua criação. Este espaço deve ofertar acesso público à internet e uma pequena gráfica para divulgação de seus eventos;

b) Criação de pontos públicos de acesso aos dados municipais. Nestes centros, caberia não só um acesso facilitado aos dados do município (com instrutores responsáveis por explicar a linguagem mais técnica), mas também a dados de outros municípios, para que a população possa fazer comparações com outras experiências;

c) Adoção de um orçamento participativo. Existem limites estabelecidos por lei, mas a prefeitura deve planejar todos os seus gastos discricionários com a participação popular. Também os projetos de longo prazo devem passar por estas instâncias públicas. Para que esta iniciativa funcione é preciso conjugar sua criação com um profundo estudo sobre as experiências de orçamentos participativos no Brasil e no mundo, para que se possa antecipar e evitar problemas;

d) Investimento na formação política e de gestão da população em geral. Para ser poder é preciso ter conhecimento de como funciona a sociedade e das opções que existem. Não se trata aqui de um projeto de doutrinação: um pressuposto fundamental é a diversidade de abordagens nas questões tratadas, mas é preciso educar a população em como funciona o poder estatal municipal no Brasil, oferecer noções de administração pública, contabilidade, legislação, economia, sempre sob uma perspectiva classista e com fundamentação histórica e de economia política;

e) Democratizar a gestão dos órgãos públicos (incluindo escolas e hospitais), com a criação de conselhos populares enquanto parte obrigatória desta gestão;

f) Contribuir para a democratização das informações e comunicações, lutando pelo estabelecimento de uma rádio comunitária municipal, fazendo amplo uso da internet, inclusive com uma TV pública pela internet, e buscar viabilizar o estabelecimento de dois jornais municipais: um da gestão municipal e outro dos movimentos sociais (independente da gestão municipal).

2.3) Fortalecer a Economia Pública

A sociedade que buscamos é uma sociedade socialista (transição histórica para uma sociedade comunista), na qual os meios de produção (terras, indústrias, tecnologias) são públicos, são de todos. Como já observado, no entanto, o Brasil não vive um momento histórico revolucionário, e muito menos um município pode avançar em tão profunda transformação existindo dentro de um país capitalista. Entendemos, contudo, que mesmo



ao nível de um município é possível contribuir, mesmo que com uma contribuição muito pequena, para esse processo maior que só pode dar resultados quando for um movimento nacional. Neste sentido, uma gestão comunista pode contribuir fortalecendo a Economia Pública (empresas estatais, ações econômicas de órgãos públicos, cooperativas e associações de trabalhadores). E é neste sentido que apresentamos nossas principais medidas:

a) Realizar uma auditoria sobre a dívida municipal;

b) Promover a diversificação da estrutura econômica, apoiando cooperativas e associações de pequenos produtores na área de indústria e de serviços, e mesmo criando pequenas empresas estatais que possam ser autofinanciadas. Favorecer setores que produzam bens e serviços que possam substituir importações do país e que tenham maior conteúdo tecnológico. A viabilização desta medida pode passar por parcerias com Universidades Públicas (para o desenvolvimento ou difusão de novas tecnologias), busca pelo apoio do BNDES e BNB e, eventualmente, alguma parceria com órgãos internacionais, como pode ocorrer, por exemplo, na promoção de tecnologias que reduzam a emissão de carbono;

c) Apoio e suporte técnico para cooperativas de pequenos agricultores, com introdução de recursos tecnológicos em parceria com as universidades públicas;

d) Favorecer a produção de alimentos prioritariamente orgânicos para o mercado interno, com a preservação do meio ambiente e cuidados com a saúde pública;

e) Parceria com as universidades públicas do Estado para desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento da agricultura orgânica e ambientalmente sustentável, visando o banimento do uso de agrotóxicos na nossa agricultura;

f) Como ação de curto prazo, promover o ordenamento do comércio informal com a criação de mais mercados públicos com condições sanitárias adequadas. Promover cursos de capacitação para os trabalhadores desse segmento;

g) Desenvolver uma política de valorização do serviço público, com redução das diferenças salariais e redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas, sem prejuízo da qualidade e da amplitude do serviço público prestado, fazendo amplo uso dos avanços tecnológicos;

h) Criar uma empresa pública para recolhimento, reciclagem e reaproveitamento do lixo;

4) Atuar pela Universalização de Direitos

A Universalização de Direitos é a garantia de acesso gratuito aos serviços públicos por parte de todos. Ninguém deve precisar pagar diretamente para ter educação, saúde, segurança, transporte, previdência social, acesso a justiça e lazer, pois toda a sociedade já paga através dos impostos.



No capitalismo tudo vira mercadoria, inclusive atividades fundamentais para o bem estar coletivo. Com a universalização, o serviço público busca o atendimento real das necessidades das pessoas, não privando ninguém do direito de viver dignamente.

Não serão os municípios que irão garantir a universalização de direitos (como educação, saúde, segurança, lazer, previdência), mas cabe às gestões municipais lideradas pelos comunistas buscarem contribuir com este propósito. Deve-se buscar fazer uso do que houver de mais avançado na tecnologia, explorar as possibilidades geradas pela economia pública e tentar aproveitar a energia social que pode florescer com o Poder Popular para tentarmos soluções criativas nas contribuições a esta luta mais geral. O que não se pode é fomentar a ilusão, junto ao povo, que o município poderá resolver problemas que surgem em instâncias maiores de poder, como os governos estaduais e o governo federal.

Neste sentido, nossas principais propostas são:

*** SAÚDE**

- a) Fortalecer a rede pública de assistência com aplicação de mais recursos;**
- b) Priorizar a medicina preventiva com ênfase na assistência primária;**
- c) Concurso público para todos os cargos da rede pública de saúde e instituição de cursos de capacitação;**
- d) Favorecer a ampliação de serviços da Farmácia Popular e do LAFEPE;**
- e) Incrementar o ensino de higiene pessoal e cuidados com a saúde na rede escolar;**
- f) Aumentar a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos;**

*** EDUCAÇÃO**

- a) Priorizar a educação pública, gratuita e de qualidade, incluindo também um amplo programa de alfabetização de jovens e adultos;**
- b) Ter por meta alcançar uma educação em jornada integral na rede municipal que incorporem novos conhecimentos, saberes e tecnologia, e valorizem as diversidades social, cultural e ambiental, o conhecimento colaborativo e o fazer conectado com a vida cotidiana;**
- c) Promover a qualidade da educação por meio da formação inicial e continuada dos professores, do acesso a novas tecnologias e da diversificação de currículos e de formas de avaliação;**
- d) Atuar pela valorização dos professores e trabalhadores da educação com carreiras estruturadas, remuneração digna e qualificação adequada às demandas e aos desafios da sociedade;**



e) Construir uma gestão democrática, eficiente, inovadora e transparente, por meio de modernas técnicas gerenciais combinadas com a adoção de boas práticas e a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões;

f) Contribuir de uma maneira plural, democrática e horizontal para o debate, organização e articulação das lutas por dentro e por fora da educação municipal buscando integrar a criação/difusão de conhecimento de estudantes e educadores com as pautas dos movimentos populares, através de um projeto de poder popular para a educação;

g) Apoiar e fortalecer a luta por uma educação no campo articulada com os movimentos agrários;

*** DIREITO À CIDADE**

a) Criação de Conselhos Populares de novo tipo que possam discutir os caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentado do município, buscando garantir o direito à moradia com qualidade de vida;

b) Ampliação de espaços de convivência e lazer;

c) Criação planejada de parques; praças; museus; clubes de ciências, cultura e esportes;

d) Buscar saídas tecnologicamente mais avançadas da construção civil para contribuir com o enfrentamento do problema não só da falta de moradias quanto da qualidade das já existentes;

*** TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA:**

a) Recuperação imediata das estradas vicinais;

b) Ampliar os espaços de trânsito para pedestres, recuperação de calçadas e melhorias de acessibilidade para as pessoas com deficiência;

c) Criação e ampliação de ciclovias

*** DIREITOS HUMANOS:**

a) Criar uma infraestrutura de apoio logístico às mulheres vítimas da violência, viabilizando seu afastamento de lares onde sofram agressões;

b) Atuar na rede de educação criando uma política de combate sistemático ao racismo, à homofobia, à misoginia, à xenofobia e à discriminação e violência social em geral em suas diversas formas;

c) Reforçar a política de proteção a crianças e adolescentes, inclusive de atendimento especializado a usuários de álcool e outras drogas;



d) Atenção especial à primeira infância, para reduzir a mortalidade e a subnutrição infantil

e) Promoção de uma Política de Convivência Familiar e Comunitária, fortalecendo os espaços de proteção municipais, implantando políticas intersetoriais de esporte, cultura, lazer, saúde, educação e primeiro emprego;

*** CIÊNCIA, CULTURA E ESPORTES:**

a) Criar uma política de valorização da cultura e da identidade dos diversos grupos étnicos;

b) Fomentar as atividades científicas, tecnológicas, culturais e esportivas através dos Clubes de Ciência, Cultura e Esportes, com a criação de espaços específicos e adequados para o desenvolvimento destas atividades;

c) Criar um programa municipal de promoção de esportes olímpicos

2.5) Internacionalizar a experiência de Poder Municipal

Os comunistas sempre consideraram que sua pátria é a humanidade. Pode parecer que um município nada possa fazer em termos de relações internacionais, mas entendemos que pode. Primeiro podemos aprender com outros povos. Saber que eles resolveram seus problemas econômicos, sociais, políticos, culturais é uma forma de aprendizado que pode nos ajudar a resolver nossos próprios problemas, tendo sempre clareza que não se trata de copiar o que foi feito em condições diferentes das nossas, mas de estudar opções que possam ser adaptadas ao nosso caso. E também podemos contribuir com outros povos. Seja dando apoio político a povos que enfrentam situações difíceis, seja compartilhando nossos próprios conhecimentos para que outras pessoas, em outras cidades de outros países, possam fazer seu próprio aprendizado. A solidariedade internacional é uma solução muito mais inteligente e promissora que o atual crescimento da xenofobia, que não resolve nada, apenas estimula o preconceito, a violência e até mesmo o fascismo.

Principais propostas de ação municipal.

a) Em defesa do povo palestino. Lutar contra o massacre promovido pelo governo de Israel contra o povo palestino vai além de uma questão de solidariedade. É uma forma de proteger a todos nós da banalização do mal. A naturalização daquele massacre tende a favorecer a disseminação internacional (o que inclui o Brasil) da mentalidade fascista.

b) Criação da Casa das Nações, espaço público para divulgação da história, costumes e tradições dos diferentes povos e nações do mundo, contendo permanentes programações culturais e formativas. Buscar intercâmbios internacionais que contribuam para o levantamento de informações sobre as nações.

c) Criar um espaço municipal de estudos e de divulgação de experiências de gestão municipal no Brasil e no mundo.

d) Promover campanhas de solidariedade internacional. Não se trata de qualquer ilusão que um município possa interferir de forma significativa em qualquer problema que seja fora



de seus limites, mas manifestar solidariedade é uma forma de trabalhar, em nós mesmos, uma perspectiva social mais solidária, justa, racional e fraterna.